



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

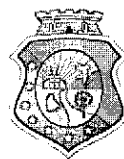
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA AS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA MT & A RESTAURANTE, LANCHONETE E CAFETERIA LTDA. ME (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8501482-15.2018.8.06.0000).**

**CT N.º 07/2018**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e, de outro lado, a empresa **MT & A RESTAURANTE, LANCHONETE E CAFETERIA LTDA. ME**, com endereço na Avenida Deputado Oswaldo Studart, s/n.º loja 100, Bairro de Fátima, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 07.608.683/0001-03, representada neste ato pela Sra. Carolina Barreto Albano, CPF n.º 617.449.563-91, pactuam o presente Contrato que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, com suas alterações e atualizações posteriores, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

1.1 Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Presencial n.º 15/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, o qual originou a Ata de Registro de Preços n.º 170/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará n.º 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.883/1994, n.º 9.648/1998, n.º 9.854/1999, da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo n.º 8501482-15.2018.8.06.0000.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

2.1 O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada nos serviços de fornecimento de refeições para as sessões do Tribunal de Júri de Fortaleza**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Pregão Presencial nº 15/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 170/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu.

2.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no item anterior e à proposta da Contratada, independentemente de transcrição.

**Cláusula Terceira – Da Vigência**

3.1 O prazo de vigência do Contrato será contado da sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aditivo contratual.

**Cláusula Quarta – Do Valor**

4.1 O valor total do contrato é de **R\$ 70.080,00 (setenta mil e oitenta reais)**, de acordo com os valores discriminados abaixo.

Item da Ata	Especificações dos Serviços	Qtd	Un	Valor Unitário	Valor Total
3	Refeições Tipo Quentinha Marmiteix, Conforme especificações contidas na ARP Nº 170/2017.	4.800		R\$ 11,00	R\$ 52.800,00
6	Refrigerante Lata 350 ML, Sabores Diversos, conforme especificações contidas na ARP Nº 170/2017.	1.920	Un	R\$ 4,50	R\$ 8.640,00
7	Suco Sabores Variados, com 200 ML, Conforme especificações contidas na ARP Nº 170/2017.	2.880		R\$ 3,00	R\$ 8.640,00
<b>Valor Total da Contratação</b>				<b>R\$ 70.080,00</b>	

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários**

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte os Recursos Próprios, nas seguintes dotações orçamentárias

04200121 02.122 500 21814 15 33903000.21500.1.20

04200121 02.122 500 21814 15 33903000.27000.1.20

04200121 02.122 500 21814 15 33903900.21500.1.20

04200121 02.122 500 21814 15 33903900.27000.1.20

**Cláusula Sexta – Da Forma de Pagamento**

6.1 Os pagamentos serão realizados mediante crédito em conta-corrente em nome da CONTRATADA, preferencialmente nas agências do Banco Bradesco S/A, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.

6.1.1 Constatada a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.

6.1.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TJCE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.3 Persistindo a irregularidade, o TJCE deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA a ampla defesa.

6.1.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

6.1.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do TJCE, não será cancelada a Ata de Registro de Preços com a FORNECEDORA inadimplente.

6.1.6 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Tribunal de Justiça ou de um dos seus fundos, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.

6.1.7 Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas na ata de registro de preços.

6.1.8 O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

pagamento não previsto neste Termo de Referência.

6.2 Os pedidos de pagamento deverão, ainda, vir acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Apresentar planilha de resumo de entregas realizadas e as comandas devidamente assinadas (assinatura legível);
- b) Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.2.1 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.3 Caso a CONTRATADA não apresente alguma das certidões negativas de débitos exigidas, o pagamento será feito com ressalva, sendo que o fornecedor será notificado para regularizar as pendências apontadas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados no recebimento da notificação, sob pena de ter o contrato rescindido, independentemente da aplicação da multa prevista neste Termo de Referência por descumprimento contratual.

6.4 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste Instrumento.

**Cláusula Sétima – Do Reajuste**

7.1 Durante o período de 12 (doze) meses, os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo ser reajustado após esse prazo de acordo com a variação do IPCA (índice nacional de preços ao consumidor).

**Cláusula Oitava – Do Regime de Execução dos Serviços**

8.1 A Contratada será informada sobre o local e o horário de entrega, a especificação e a quantidade dos lanches e refeições, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário determinado para fornecimento.

8.1.1 Os locais de entrega serão nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua situado à Rua Des. Floriano Benevides Magalhães, 220 – Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará.

8.2 A solicitação do pedido deverá ser feita pelo Gestor do Contrato ou a quem este designar, notadamente por meio de ordens de fornecimentos com detalhamento do quantitativo e descritivo dos lanches, bem como local e horário de entrega.

8.3 O fornecedor deverá entregar as refeições em horários estipulados pelo Gestor do contrato, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos do horário das refeições.

8.4 O Gestor do Contrato ou o responsável designado poderá cancelar a requisição total ou parcialmente com, no mínimo, 04 (quatro) horas de antecedência do horário previsto para a entrega das refeições/lanches, sem que o TJCE seja obrigado a efetuar o pagamento do quantitativo solicitado.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8.5 Quando for solicitado pelo Tribunal de Justiça, a contratada deverá fornecer relação com os nomes dos seus funcionários encarregados pelo transporte das refeições.

8.6 As refeições deverão ser fornecidas de acordo com as especificações descritas no Edital do Pregão que originou a Ata adenda, e em conformidade com a Ordem de Fornecimento;

8.7 As bebidas deverão ser fornecidas sempre geladas.

8.8 As refeições serão fornecidas de forma individual e acondicionadas em embalagens descartáveis adequadas;

8.9 As refeições deverão ser preparados, com antecedência máxima de uma hora do prazo de entrega, sob a responsabilidade técnica de nutricionista;

8.10 O amazenamento e o transporte dos alimentos a serem fornecidos, da distribuição até a entrega ao consumo, deve ocorrer em condições de tempo e temperatura que não comprometam sua qualidade higiênico-sanitária;

8.11 A preparação dos alimentos deverá ser realizada nas dependências da contratada e com todos os utensílios de cozinha próprios para tal fim;

8.12 As refeições deverão ser entregues acondicionadas em embalagens impermeáveis, evitando assim a contaminação com o ambiente externo

***Cláusula Nona– Dos Critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto***

9.1 O produto será conferido, quando de sua entrega e, se achado irregular, devolvido à empresa, que deverá substituí-lo no prazo máximo de 01(uma) hora, contado da recusa do recebimento;

9.2 Fica dispensado o **recebimento provisório**, conforme preconiza o Art. 74, inciso I, da Lei 8.666/93. O **recebimento definitivo** ocorre no momento da entrega da refeição, sendo atestada sua conformidade pelo servidor responsável lotado na unidade do Poder Judiciário onde for feita a entrega.

9.3 O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

***Cláusula Décima – Do Controle e Fiscalização da Execução***

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

10.2, O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

10.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 10.10.1. A fiscalização e o gerenciamento do contrato serão exercidos pela CONTRATANTE, cabendo-lhe:
  - a) Fiscalizar os serviços contratados, acompanhando o cumprimento da execução do objeto contratado, em todas as etapas;
  - b) Exercer a fiscalização dos serviços contratados, acompanhando o cumprimento da execução do escopo contratado, verificando horários estabelecidos, as quantidades preparadas e servidas de refeições e a compatibilidade com o cardápio estabelecido;
  - c) Registrar, diariamente, o quantitativo de refeições fornecidas, inclusive o tipo de cardápio servido;
  - d) Registrar irregularidades na execução do contrato, informando-as à Secretaria de Administração e Infraestrutura, a fim de serem aplicadas as medidas corretivas e/ou punitivas;
  - e) Verificar a qualidade dos alimentos, rejeitando aqueles que apresentam condições impróprias ao consumo, exigindo imediata substituição;
  - f) Avaliar, periodicamente, todas as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;
  - g) Atestar a prestação de serviços das refeições efetivamente servidas;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- h) Exigir a manutenção das condições de higiene pessoal, ambiental, dos equipamentos e utensílios
- i) Verificar as condições higiênicas sanitárias no pré-preparo, preparo e distribuição das refeições.

10.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

***Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações do Contratante***

- 11.1 Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço
- 11.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 11.3 Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato
- 11.4 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual
- 11.5 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato
- 11.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

***Cláusula Décima Segunda– Das Obrigações da Contratada***

- 12.1 Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 12.2 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
- 12.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 12.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 12.5 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual
- 12.6 Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas

7 -



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

12.7 Refazer o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo fixado pela CONTRATANTE, contado da sua notificação

12.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

12.9 Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE

12.10 Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida

***Cláusula Décima Terceira – Das Sanções Administrativas***

13.1 No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1 Multas, estipuladas na forma a seguir

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE, inclusive o cancelamento do registro de preço.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no CRC da SEPLAG – Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3 Nenhuma sanção será aplicada sem concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório, na forma da lei

***Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão***





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

**Cláusula Décima Quinta – Dos Casos omissos**

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

**Cláusula Décima Sexta – Da Publicação**

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário da Justiça do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993

**Cláusula Décima Sétima – Do Foro**

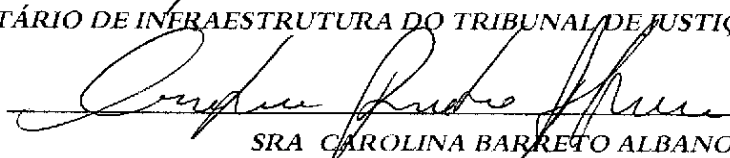
17.1. Fica eleito o foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para conhecer as questões relativas ao presente Contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, para que surta os devidos e legais efeitos.

Fortaleza, 23 de Março de 2018

  
DR. MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

  
SRA. CAROLINA BARRETO ALBANO

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA MT & A RESTAURANTE, LANCHONETE E  
CAFETERIA LTDA ME

Testemunhas \_\_\_\_\_